



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000745-49.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: SEDES/COEDE.

ASSUNTO: ASSUNTO: Inicial - Contratação de objeto remanescente -
Minuta de Contrato – Contratada: INSTITUTO DE EDUCACAO
DE RONDÔNIA IERO LTDA. - Objeto: Prestação de serviços de
intermediação em Libras (Língua Brasileira de Sinais) - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 167 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSOFC

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Seção de Avaliação e Gestão do Desempenho - SEGED da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE, que tem como finalidade registrar os atos necessários à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Intermediação de Libras (Língua Brasileira de Sinais) por meio de plataforma digital ([0800583](#)) que teve como vencedora do certame licitatório a empresa **Inove Produção De Eventos e Show Bar Eireli**, inscrita no CNPJ sob o n. 18.775.301/0001-52. Celebrou-se o Contrato Administrativo n. 39/2022 ([0956401](#)).

02. Após inúmeros incidentes, por meio da manifestação n. 1/2023 ([0967187](#)), a COEDE, unidade gestora do contrato, opinou pela rescisão contratual com base no artigo 78, incisos I referente à Lei 8.666/93 c/c cláusula décima quinta, do referido contrato e remeteu o feito à apreciação e deliberação superior ([0967498](#)). O Parecer Jurídico nº 157/2023 ([1036288](#)) analisou o contexto da rescisão contratual requerida pela unidade gestora e pelo secretário da SAOFC ([1028509](#)), e ao final opinou pela possibilidade de rescisão unilateral do contrato com fundamento nos arts. 78, I, e I c/c art. 79, I, § 1º, da Lei n. 8.666/93 e, ainda, com supedâneo na Cláusula Décima Quinta do Contrato n. 39/2022 ([0956401](#)), sem prejuízo de apuração de responsabilidades e eventual aplicação de sanção pelos descumprimentos perpetrados, observados o contraditório e a ampla Defesa, acompanhada pela manifestação da SAOFC ([1036782](#)).

03. Pela Decisão nº 285, de 26/07/2023 ([1036782](#)), a senhora Diretora Geral determinou:

a) RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO N. 39/2022 ([0956401](#)), firmado com a empresa Inove Produção De Eventos e Show Bar Eireli (CNPJ n.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

18.775.301/0001-52), com fundamento na Cláusula Décima Quinta do instrumento contratual, no art. 78, incisos I e II; e art. 79, incisos I e II, da Lei n. 8.666/1993, bem como no artigo 41 da IN 04-2008 TRE-RO;

b) cancelamento da Nota de Empenho n. 2023NE000278 ([1012274](#));

c) publicação do ato de rescisão nos mesmos veículos de comunicação nos quais se deram sua formalização, ou seja, no Diário Oficial da União (DOU), em razão do valor ultrapassar o limite fixado no artigo 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93, como também no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) deste Tribunal, em respeito ao princípio da publicidade;

d) a intimação da empresa Inove Produção De Eventos e Show Bar Eireli (CNPJ n. 18.775.301/0001-52), do inteiro teor da decisão, nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "e", da Lei n. 8.666/1993 c/c parágrafo único do artigo 20 do Decreto n. 7.892/13, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

A análise das penalidades sugeridas será realizada após necessário contraditório.

À SAOFC para cumprimento e continuidade, **em caráter de urgência**.

04. Nota-se que a rescisão unilateral já está materializada no **TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO TRE-RO N. 39/2022**, de 27/07/2023, juntado no evento [1040168](#)

05. Sobreveio o Despacho 1634, de 27/07/2023 ([1039911](#)) da lavra do Secretário substituto da SAOFC, o qual, **em regime de urgência**, determinou às unidades o cumprimento da referida decisão, oportunidade em que também registrou:

I - Que em observância à solicitação realizada pela unidade gestora, para efetivação da contratação remanescente do objeto, com fulcro no art. 24, inciso XI da Lei nº 8.666/1993, observando ainda a imprescindibilidade e urgência da prestação dos serviços, foi realizada pela unidade gestora consulta à empresa segunda colocada no certame licitatório do Pregão nº 43/2022, **INSTITUTO DE EDUCACAO DE RONDONIA IERO LTDA**, CNPJ nº 26.831.638/0001-68 ([1039904](#)), a qual manifestou interesse na prestação dos serviços, conforme documento juntado no evento [1035883](#);

II - Que foi instaurado processo administrativo pela unidade gestora para o registrar dos atos da contratação do objeto remanescente, PSEI n. [0001342-81.2023.6.22.8000](#), relacionado a estes autos. Posteriormente, a unidade gestora fez o encaminhamento do mencionado processo à ASLIC para análise dos documentos de habilitação da empresa remanescente ([1037069](#));

III - Para fins de organização processual foram juntados a este processo os seguintes documentos:

a) Proposta de Preços (evento n. [1039904](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) Declaração de registro no SICAF - Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores, que contém os registros de regularidade para contratar com a Administração pública ([1039907](#)). Foi juntada, nesta unidade jurídica, a comprovação da regularidade da empresa no FGTS ([1040433](#)), vencida no referido registro do SICAF;

c) Atestados de Capacidade Técnica ([1039908](#)).

d) Remessa n. 90/2023 da ASLIC ([1039910](#)), esclarecendo que a empresa **Instituto de Educação de Rondônia - IERO** atendeu aos requisitos previstos no item 9.1., *a*, *c*, *d* e *e*, relativos a: habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista (Lei n. 12.440/11) e declarações legais;

IV - Em função disso, encaminhou o processo à **COEDE** para:

a) verificar se a empresa atenderia as condições de habilitação técnica dispostas no edital do certame licitatório, havendo a COEDE atestado a capacidade técnica para a prestação dos serviços, documento juntado no evento [1040322](#);

b) manifestar-se acerca da disponibilidade orçamentária para arcar com a pretensa contratação: juntada pela COFC a programação orçamentária no valor de **R\$ 44.437,03** (quarenta e quatro mil quatrocentos e trinta e sete reais e três centavos) - evento [1040185](#), saldo remanescente do empenho original da contratação no valor de R\$ 45.054,41, do qual foi descontado o valor de R\$ 617,38 pelos serviços já executados ([1040162](#));

c) À **SECONT** para elaboração do instrumento contratual, juntado no evento [1040315](#);

d) Por fim a esta unidade para análise e emissão de parecer jurídico.

É o necessário relato.

II – ANÁLISE JURÍDICA

2.1 PRELIMINARMENTE - Aplicação dos regime jurídico da Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos) à contratação remanescente - Possibilidade Jurídica.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

06. Registra-se que a contratação originária que desaguou no Contrato Administrativo n. 39/2022 ([0956401](#)), celebrado em 13/12/2022 e rescindido de forma unilateral pela Administração na data de 27/07/2023 ([1040168](#)), foi inicialmente autorizada pela autoridade administrativa na data de 23/08/2022 ([0879383](#)) - e novamente, em razão de incidentes no procedimento licitatório - em 18/10/22 ([0920862](#)), sendo que finalmente teve o edital do certame publicado na data de 24/10/2022 ([0920862](#)) encontra-se formatada pelas regras da **Lei n. 10.520/2002** (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da **Lei n. 8.666/93** (Lei de Licitações e Contratos), tudo em harmonia com a redação original da **Lei 14.133, de 1º de abril de 2021**, que, nas disposições combinadas dos artigos 191 e 193, II, possibilitava a adoção desses regimes **até o dia 1º/04/2023**, data a partir da qual seriam revogados. Destaca-se ainda que na data de **31 de março de 2023 foi editada a Medida Provisória n. 1.167**, que alterou os referidos dispositivos legais, concedendo à Administração a faculdade de continuar optando pelos regimes jurídicos das referidas leis, desde que a opção escolhida seja expressamente indicada no edital e a publicação do instrumento convocatório ocorra até 29 de dezembro de 2023.

07. Assim, no caso em análise - que não se trata de uma nova contratação, mas da pretensão de **contratação remanescente do objeto** (art. 24, XI, L. 8.666/93) originada no contrato celebrado em dezembro de 2022 e portanto previamente ao início da vigência da Lei n. 14.133/2021 (inicialmente previsto para 1º/04/2023 e depois alterado para 31/12/2023) não há qualquer controvérsia acerca do regime aplicável ao contrato que vier a ser celebrado a título de contratação remanescente. Isso porque, a redação do **art. 190 da Lei nº 14.133/2021**, estabelece expressamente que esse ato continuará a ser regido de acordo com as regras previstas na legislação revogada. Veja-se:

Art. 190. O contrato cujo instrumento tenha sido assinado antes da entrada em vigor desta Lei continuará a ser regido de acordo com as regras previstas na legislação revogada.

08. Na mesma linha é a redação da **Portaria SEGES/MGI N.º 1.769, de 25 de abril DE 2023**, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal, veja-se:

(...)

Art. 2º Os processos licitatórios e contratações autuados e instruídos com a opção expressa de ter como fundamento a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, além do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2023, serão por eles regidos, desde que:

I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023, conforme cronograma constante do Anexo, e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou do ato autorizativo da contratação direta.

Parágrafo único. Os contratos ou instrumentos equivalentes e as atas de registro de preços firmados em decorrência da aplicação do disposto no caput serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais.

2.2 Da contratação remanescente de serviços pretendida - Possibilidade Jurídica: Art. 24, XI da Lei nº 8.666/93.

09. Cuida-se de pretensão da Administração na contratação dos serviços de intermediação em Libras (SIL), com atendimento por meio de intérpretes humanos conectados remotamente, com uso de plataforma digital, disponibilizado via Internet para pessoas com deficiência auditiva, alcançando todos os pontos de atendimento ao cidadão disponíveis na Justiça Eleitoral de Rondônia, visando a garantia, conforme legislação em vigor, da acessibilidade de comunicação aos cidadãos que se comunicam por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras), **remanescentes** do objeto do Contrato Administrativo n. 39/2022 ([0956401](#)), celebrado em 13/12/2022 com a empresa **INOVE PRODUÇÃO DE EVENTOS E SHOW BAR - EIRELI** - CNPJ 18.775.301/0001-52, e rescindido de forma unilateral pela Administração na data de 27/07/2023 ([1040168](#)).

10. Os aspectos que ensejaram a rescisão desse ajuste foi analisado de forma detalhada no **Parecer Jurídico nº 157, de 19/07/2023** ([1036288](#)) e não mais integra o escopo da contratação remanescente agora pretendida pela unidade gestora, estando o anterior vínculo desfeito pelo termo acima referido. De fato, há expressa previsão legal para a situação excepcional da contratação remanescente. Veja-se:

Lei nº 8.666/93:

Art. 24. É dispensável a licitação:

....

XI - na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;

11. Nota-se que o referido dispositivo normativo cuidou de enumerar os requisitos exigidos para que a Administração possa celebrar a contratação remanescente - embora não sejam todos, como se verá neste parecer - os quais serão listados adiante para fins da verificação de seu cumprimento:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - Contratação dos serviços remanescentes: Como se vê, a contratação em análise não se presta à renovação integral do objeto, mas somente da parcela que deixou de ser executado no contrato originário.

Constata-se que foi juntada pela COFC a programação orçamentária no valor de **R\$ 44.437,03** (quarenta e quatro mil quatrocentos e trinta e sete reais e três centavos) - evento [1040185](#) que, de acordo com informação do seu Coordenador, resulta de saldo remanescente do empenho original da contratação no valor de R\$ 45.054,41, do qual foi descontado o valor de **R\$ 617,38 pelos serviços já executados** ([1040162](#)).

Acredita-se que esse fato não inviabilize a celebração do contrato remanescente pelo mesmo valor de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais) do contrato rescindido. Isso porque se trata de valor estimado, o qual poderá ou não ser executado em sua integralidade.

Contudo, deverá a gestão do contrato atentar-se para o fato de que já ocorreu a execução parcial de serviços - pela contratada originária - no montante de R\$ 617,38 (seiscentos e dezessete reais e trinta e oito centavos). **Assim, deverá zelar para que seja observado o teto financeiro estimado para a execução, no qual esse valor deverá ser também considerado.**

II - Desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior (...): A Lei impõe a observância da ordem de classificação final das propostas no respectivo certame licitatório. Verifica-se que esse requisito objetivo foi cumprido com o documento extraído do Sistema ComprasNet e juntado no evento [1039904](#), o qual atesta que a licitante **INSTITUTO DE EDUCACAO DE RONDONIA IERO LTDA.** - CNPJ 26.831.638/0001-68, foi a segunda colocada na competição, também comprovado pelos lances ofertados e registrados na página 4 da Ata do Certame ([0937614](#));

III - (...) e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido: Este talvez seja o aspecto mais relevante a ser observado nessa modalidade de contratação. Isso porque o contratante do remanescente não o fará pelas condições de sua proposta derrotada na competição, mas apenas se aceitar as condições do licitante vencedor - ou seja do contratante originário - inclusive quanto ao preço.

Para o cumprimento desse requisito, veio ao processo declaração formal e assinada do representante legal da segunda colocada ([1035883](#)), na qual registra: *2º Manifestação de interesse em assumir todas*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

as obrigações e anuidades pela empresa vencedora do certame licitatório, objeto do pregão eletrônico n. 43/2023/TRE-RO.

Destaca-se que, no intuito de comprovar se a segunda colocada possui condições, de fato, de executar o objeto do contrato, cujos serviços são bastante específicos, a COEDE, unidade gestora, atestou sua capacidade técnica para a prestação dos serviços, documento juntado no evento [1040322](#). Tanto é assim que ali ficou registrado:

Nesta data, reunimo-nos com o senhor Francisco Solimar Ferreira Alencar, proprietário da empresa Instituto de Educação de Rondônia, Acelibras, para apresentação do sistema disponibilizado pela empresa para atendimento da pessoa surda. Participou da apresentação o senhor Felipe Lourenço, desenvolvedor do sistema que servirá como plataforma de atendimento para a comunidade surda. Verificamos que o sistema apresenta os requisitos mínimos necessários para o atendimento pretendido.

12. Há ainda, mais um requisito que embora não listado pelo referido dispositivo legal deve ainda ser observado. Isso porque não se pode perder de vista que a regra invocada para a contratação foi formatada no regime puro da Lei nº 8.666/93, no qual apenas se analisa propostas das competidoras após a fase de habilitação. Ocorre que na modalidade do Pregão disciplinado **Lei nº 10.520/2002** ocorre a inversão de fases. Assim, pela redação de seu art. 4º, XII, apenas são analisados os documentos de habilitação da licitante que apresentou a melhor proposta, ou seja, classificada em primeiro lugar. Em razão disso, os documentos de habilitação da segunda colocada, exigidos no certame do Pregão Eletrônico nº 43/2022, não foram ali analisados.

13. Assim, para observância da referida disposição editalícia, como já constou no relato deste parecer, veio ao processo os documentos que demonstram o cumprimento, pela segunda colocada, das exigências definidas no item 9.1., *a, c, d e e*, relativos a: habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista e declarações legais ([1040433](#), [1040433](#) e [1039910](#)), como também da capacidade técnica ([1039908](#)). Assim, pode-se inferir que a licitante INSTITUTO DE EDUCACAO DE RONDONIA IERO LTDA está apta a contratar com a Administração Pública.

14. Dessa forma, estando preenchidos os requisitos listados pelo **art. 24, XI, da Lei nº. 8.666/93**, comprovado que a licitante **INSTITUTO DE EDUCACAO DE RONDONIA IERO LTDA** - CNPJ nº 26.831.638/0001-68, segunda colocada no certame licitatório do Pregão nº 43/2022 ([1039904](#)), está apta a contratar com a Administração Pública e, ainda, havendo manifestado expressamente o interesse em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

assumir todas as obrigações da empresa vencedora do certame licitatório, conclui esta Assessoria Jurídica que poderá a administração com ela contratar os **serviços remanescentes** do contrato Administrativo n. 39/2022 ([0956401](#)), celebrado em 13/12/2022 com a empresa Inove Produção De Eventos e Show Bar Eireli - CNPJ nº 18.775.301/0001-52, rescindido de forma unilateral pela Administração na data de 27/07/2023 ([1040168](#)).

2.3 Da minuta do contrato - Contratação dos serviços remanescentes.

15. Em análise formal a minuta de Contrato ([1040315](#)) percebe-se que o referido instrumento se encontra em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, constando em seu bojo as cláusulas necessárias para a contratação remanescente pretendida, sua vigência, fundamentação legal e o registro da garantia contratual a ser apresentada pela nova contratada, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, conforme cláusula sexta do futuro ajuste.

III – CONCLUSÃO

16. Pelo exposto, com fundamento nos elementos que constam deste parecer jurídico, opina esta Assessoria nos seguintes termos:

I - De forma preliminar, que a presente **contratação remanescente do objeto (art. 24, XI, L. 8.666/93)** originada no contrato celebrado em dezembro de 2022 e portanto previamente ao início da vigência da Lei n. 14.133/2021 (inicialmente previsto para 1º/04/2023 e depois alterado para 31/12/2023) submete-se às regras da **Lei n. 10.520/2002** (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da **Lei n. 8.666/93** (Lei de Licitações e Contratos), de acordo com a redação do **art. 190 da Lei nº 14.133/2021**;

II - Preenchidos os requisitos listados pelo **art. 24, XI, da Lei nº. 8.666/93**, comprovado que a licitante **INSTITUTO DE EDUCACAO DE RONDONIA IERO LTDA** - CNPJ nº 26.831.638/0001-68, segunda colocada no certame licitatório do Pregão nº 43/2022 ([1039904](#)), está apta a contratar com a Administração Pública e, ainda, havendo manifestado expressamente o interesse em assumir todas as obrigações da empresa vencedora do certame licitatório, poderá a administração com ela contratar os **serviços remanescentes** do contrato Administrativo n. 39/2022 ([0956401](#)), celebrado em 13/12/2022 com a empresa Inove Produção De Eventos e Show Bar Eireli - CNPJ nº



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

18.775.301/0001-52, rescindido de forma unilateral pela Administração na data de 27/07/2023 ([1040168](#));

O valor do **contrato remanescente** poderá ser no mesmo valor de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais) do contrato rescindido. Isso porque se trata de valor estimado, o qual poderá ou não ser executado em sua integralidade. Contudo, deverá a gestão do contrato atentar-se para o fato de que já ocorreu a execução parcial de serviços - pela contratada originária - no montante de R\$ 617,38 (seiscentos e dezessete reais e trinta e oito centavos). **Assim, deverá zelar para que seja observado o teto financeiro estimado para a execução, no qual esse valor deverá ser também considerado.**

17. Diante do exposto no **item 15 deste parecer**, para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta juntada no evento [1040315](#), estando o instrumento **apto**, portanto, a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 28/07/2023, às 15:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1040435** e o código CRC **76417DC6**.